

A – Estatísticas judiciais do Tribunal de Justiça ¹

Actividade geral do Tribunal de Justiça

1. Processos findos, entrados, pendentes (1999-2003)

Processos findos

2. Tipos de processos (1999-2003)
3. Acórdãos, despachos, pareceres (2003)
4. Formação de julgamento (2003)
5. Objecto dos processos (2003)
6. Processos de medidas provisórias: sentido da decisão (2003)
7. Acórdãos por incumprimento de Estado: sentido da decisão (2003)
8. Duração dos processos (1999-2003)

Processos entrados

9. Tipos de processos (1999-2003)
10. Processos entrados — Acções e recursos directos — Tipos de acções e recursos (2003)
11. Processos entrados – Objecto dos processos (2003)
12. Acções por incumprimento de Estado (1999-2003)

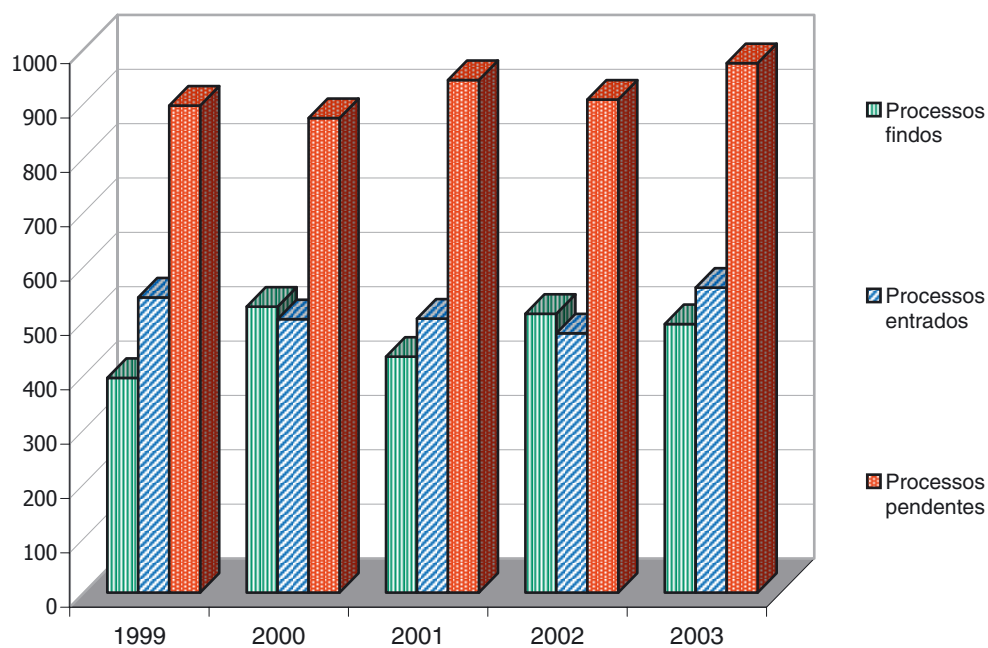
Processos pendentes em 31 de Dezembro

13. Tipos de processos (1999-2003)
14. Formação de julgamento (2003)

Evolução geral da actividade judicial (1952-2003)

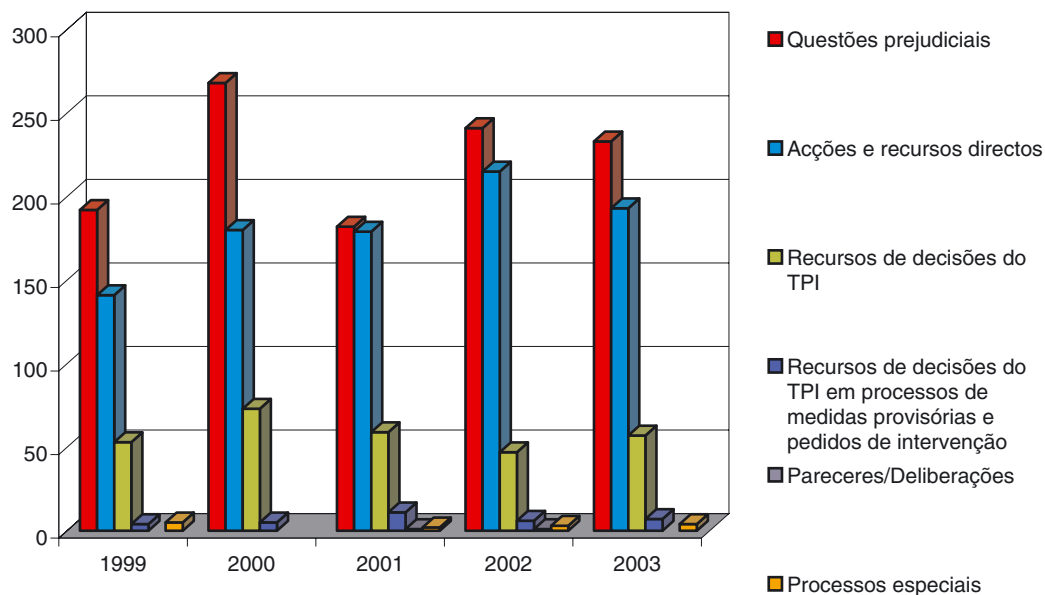
15. Processos entrados e acórdãos
16. Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por ano)
17. Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por órgão jurisdicional nacional)
18. Acções por incumprimento de Estado entradas

¹ A instalação, em 2002, de novos programas informáticos permitiu a apresentação das estatísticas no Relatório Anual segundo critérios de maior certeza. Os quadros e gráficos puderam, em grande parte, ser revistos e melhorados com algumas adaptações. Procurou manter-se, na medida do possível, a coerência com os quadros dos anos anteriores.

Actividade geral do Tribunal de Justiça**1. Processos findos, entrados, pendentes (1999-2003) ¹**

	1999	2000	2001	2002	2003
Processos findos	395	526	434	513	494
Processos entrados	543	503	504	477	561
Processos pendentes	896	873	943	907	974

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

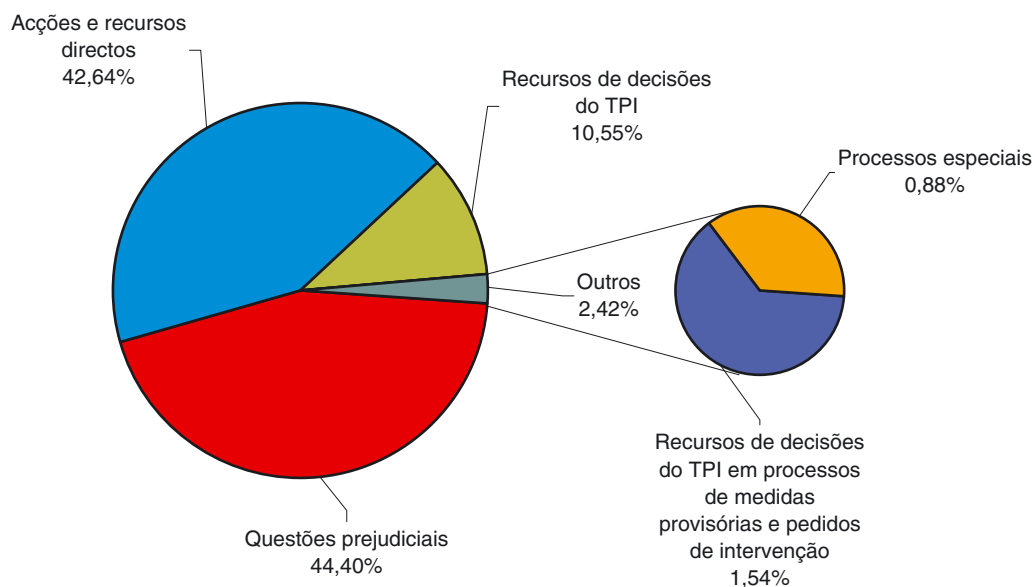
Processos findos**2. Tipos de processos (1999-2003) ^{1 2}**

	1999	2000	2001	2002	2003
Questões prejudiciais	192	268	182	241	233
Acções e recursos directos	141	180	179	215	193
Recursos de decisões do TPI	53	73	59	47	57
Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	4	5	11	6	7
Pareceres/Deliberações			1	1	
Processos especiais	5		2	3	4
Total	395	526	434	513	494

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

² Consideram-se «processos especiais»: fixação das despesas (artigo 74.º do Regulamento de Processo); assistência judiciária (artigo 76.º do Regulamento de Processo); oposição a um acórdão (artigo 94.º do Regulamento de Processo); oposição de terceiros (artigo 97.º do Regulamento de Processo); interpretação de um acórdão (artigo 102.º do Regulamento de Processo); revisão de um acórdão (artigo 98.º do Regulamento de Processo); rectificação de um acórdão (artigo 66.º do Regulamento de Processo); penhora (Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades); processos em matéria de imunidades (Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades).

3. Processos findos — Acórdãos, pareceres e despachos (2003)¹



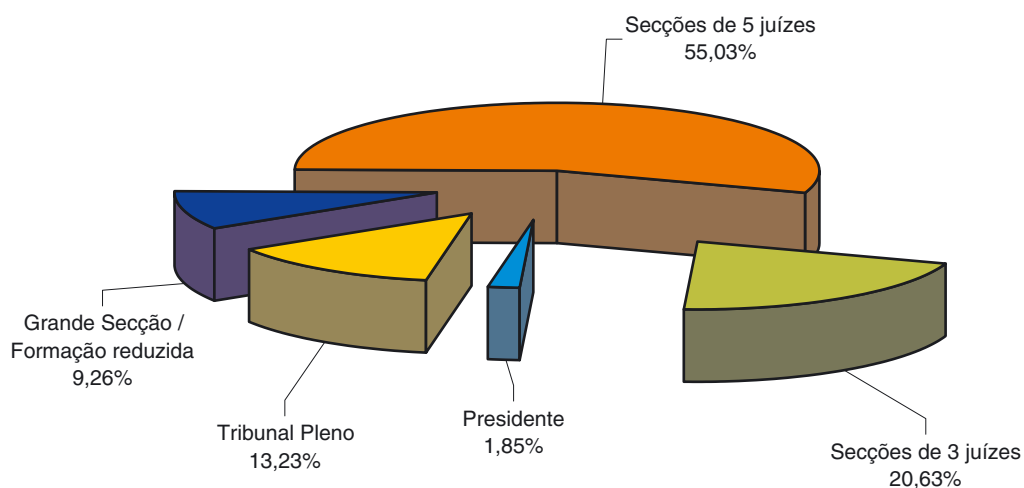
	Acórdãos	Despachos com carácter jurisdicional ²	Despachos de medidas provisórias ³	Outros despachos ⁴	Pareceres	Total
Questões prejudiciais	158	14		30		202
Acções e recursos directos	118	1	3	72		194
Recursos de decisões do TPI	31	11	3	3		48
Recursos de decisões do TPI em processos de medidas			6	1		7
Pareceres/Deliberações						
Processos especiais	1	3				4
Total	308	29	12	106	0	455

¹ Os números referidos (números líquidos) representam o número de processos tendo em conta as apensações por conexão (uma série de processos apensos = um processo).

² Despachos com carácter jurisdicional que põem termo à instância (inadmissibilidade, inadmissibilidade manifesta...).

³ Despachos proferidos na sequência de um pedido baseado nos artigos 185.º ou 186.º do Tratado CE (actuais artigos 242.º CE e 243.º CE), no artigo 187.º do Tratado CE (actual artigo 244.º CE) ou nas disposições correspondentes dos Tratados EA e CA, ou ainda na sequência de um recurso contra um despacho do TPI num processo de medidas provisórias ou sobre um pedido de intervenção.

⁴ Despachos que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao TPI.

4. Processos findos – Formação de julgamento (2003) ¹

	Acórdãos / Pareceres	Despachos ²	Total
Tribunal Pleno	48	2	50
Grande Secção / Formação reduzida	35		35
Secções de 5 juizes	200	8	208
Secções de 3 juizes	51	27	78
Presidente		7	7
Total	334	44	378

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

² Com carácter jurisdicional, que põem termo à instância (com exclusão dos despachos que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao TPI).

5. Processos findos – Objecto dos processos (2003) ¹

	Acórdãos/ Pareceres	Despachos ²	Total
Adesão de novos Estados	2		2
Agricultura	34	3	37
Ambiente e consumidores	42	6	48
Aproximação das legislações	33	1	34
Auxílios de Estado	14	7	21
Cidadania europeia	1		1
Concorrência	11	2	13
Convenção de Bruxelas	4		4
Direito das sociedades	15	2	17
Direito institucional	9	3	12
Fiscalidade	25	1	26
Justiça e Assuntos Internos	2	1	3
Liberdade de estabelecimento	9	4	13
Livre circulação de capitais	3		3
Livre circulação de mercadorias	19		19
Livre circulação de pessoas	11		11
Livre prestação de serviços	15		15
Política comercial	4		4
Política da pesca		2	2
Política industrial	4		4
Política social	20		20
Princípios de direito comunitário	7	1	8
Privilégios e Imunidades	1		1
Propriedade intelectual	4		4
Recursos próprios das Comunidades	1		1
Relações externas	5	3	8
Segurança social dos trabalhadores migrantes	5		5
Transportes	6		6
União aduaneira	7	1	8
Tratado CE	313	37	350
Tratado CA	14	1	15
Tratado EA	2		2
Estatuto dos Funcionários	4	3	7
Privilégios e Imunidades		1	1
Processo	1	2	3
Diversos	5	6	11
TOTAL GERAL	334	44	378

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

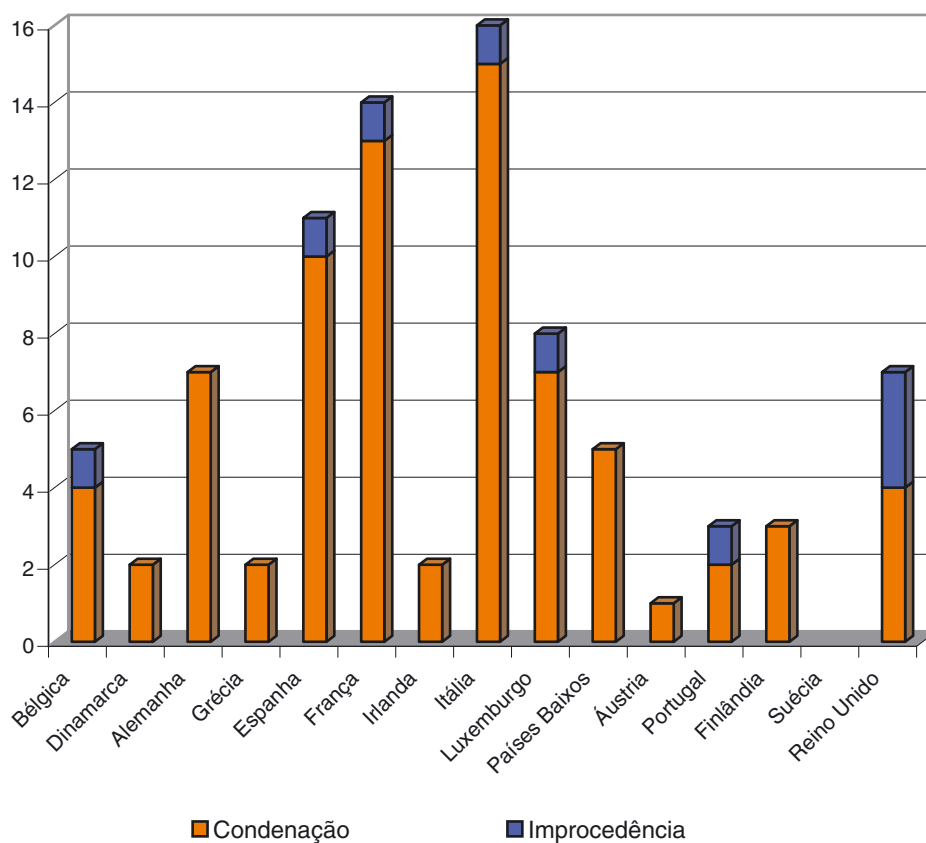
² Com carácter jurisdicional que põem termo à instância (com exclusão dos despachos que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao TPI).

6. Processos de medidas provisórias: sentido da decisão (2003) ¹

	Número de processos de medidas provisórias	Número de recursos de decisões em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	Sentido da decisão	
			Indeferimento/Confirmação da decisão impugnada	Deferimento/Anulação da decisão impugnada
Adesão de novos Estados	1		1	
Auxílios de Estado	1			1
Concorrência		1	1	
Direito institucional	1	1	2	
Ambiente e consumidores	2	1	2	1
Relações externas		2	2	
Transportes	1			1
Total Tratado CE	6	5	8	3
Diversos		2	2	
TOTAL GERAL	6	7	10	3

¹ Os números referidos (números líquidos) representam o número de processos tendo em conta as apensações por conexão (uma série de processos apensos = um processo).

7. Processos findos – Acções por incumprimento de Estado: sentido da decisão (2003) ¹

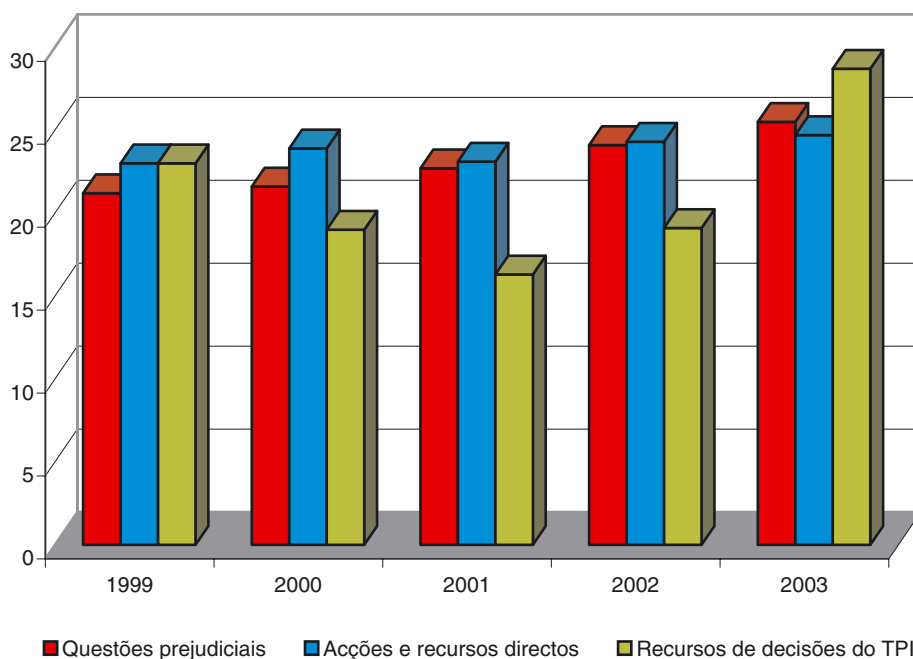


	Condenação	Improcedência	Total
Bélgica	4	1	5
Dinamarca	2		2
Alemanha	7		7
Grécia	2		2
Espanha	10	1	11
França	13	1	14
Irlanda	2		2
Itália	15	1	16
Luxemburgo	7	1	8
Países Baixos	5		5
Áustria	1		1
Portugal	2	1	3
Finlândia	3		3
Suécia			
Reino Unido	4	3	7
Total	77	9	86

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).

8. Processos findos – Duração dos processos (1999-2003) ¹

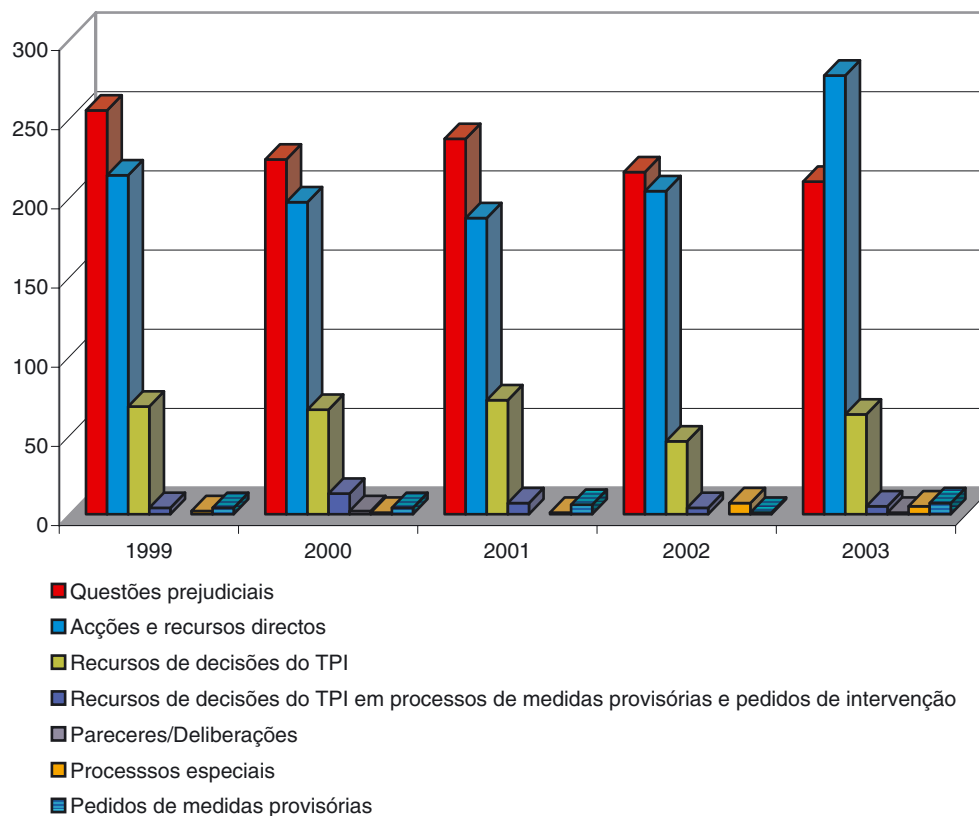
(acórdãos e despachos com carácter jurisdicional) ²



	1999	2000	2001	2002	2003
Questões prejudiciais	21,2	21,6	22,7	24,1	25,5
Acções e recursos directos	23	23,9	23,1	24,3	24,7
Recursos de decisões do TPI	23	19	16,3	19,1	28,7

¹ Estão excluídos dos cálculos sobre a duração dos processos: os processos em que foi proferido um acórdão interlocutório ou ordenada uma diligência de instrução; os pareceres e deliberações; os processos especiais (a saber: fixação das despesas, assistência judiciária, oposição a um acórdão, oposição de terceiros, interpretação de um acórdão, revisão de um acórdão, rectificação de um acórdão, processo de penhora e processos em matéria de imunidades); os processos que terminam por um despacho de cancelamento, de inutilidade superveniente da lide, de remessa ou de transferência para o Tribunal de Primeira Instância; os processos de medidas provisórias bem como os recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em processos de medidas provisórias e sobre pedidos de intervenção. A duração é expressa em meses e décimos de mês

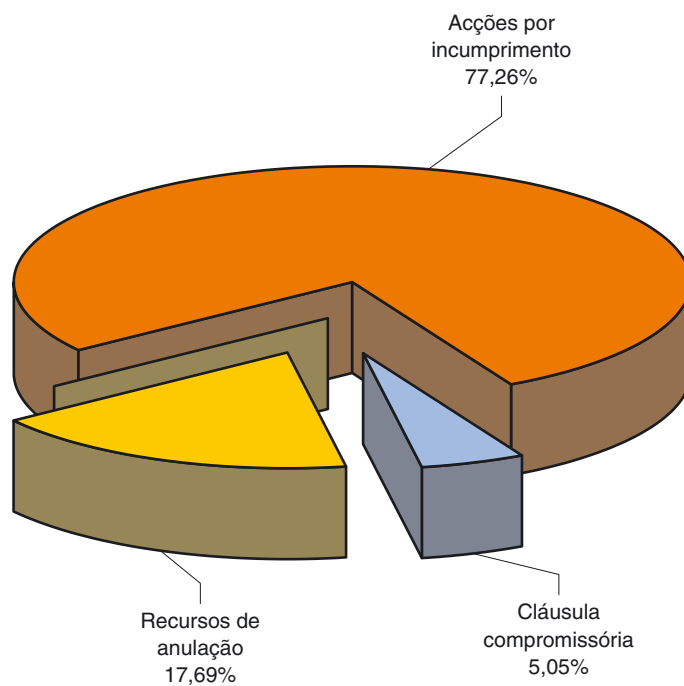
² Não inclui os despachos que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao Tribunal de Primeira Instância.

Processos entrados**9. Tipos de processos (1999-2003) ¹**

	1999	2000	2001	2002	2003
Questões prejudiciais	255	224	237	216	210
Acções e recursos directos	214	197	187	204	277
Recursos de decisões do TPI	68	66	72	46	63
Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	4	13	7	4	5
Pareceres/Deliberações		2			1
Processos especiais	2	1	1	7	5
Total	543	503	504	477	561
Pedidos de medidas provisórias	4	4	6	1	7

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

10. Processos entrados – Acções e recursos directos – Espécies de recursos (2003) ¹



Recursos de anulação	49
Acções por omissão	
Acções de indemnização	
Acções por incumprimento	214
Cláusula compromissória	14
Total	277

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).

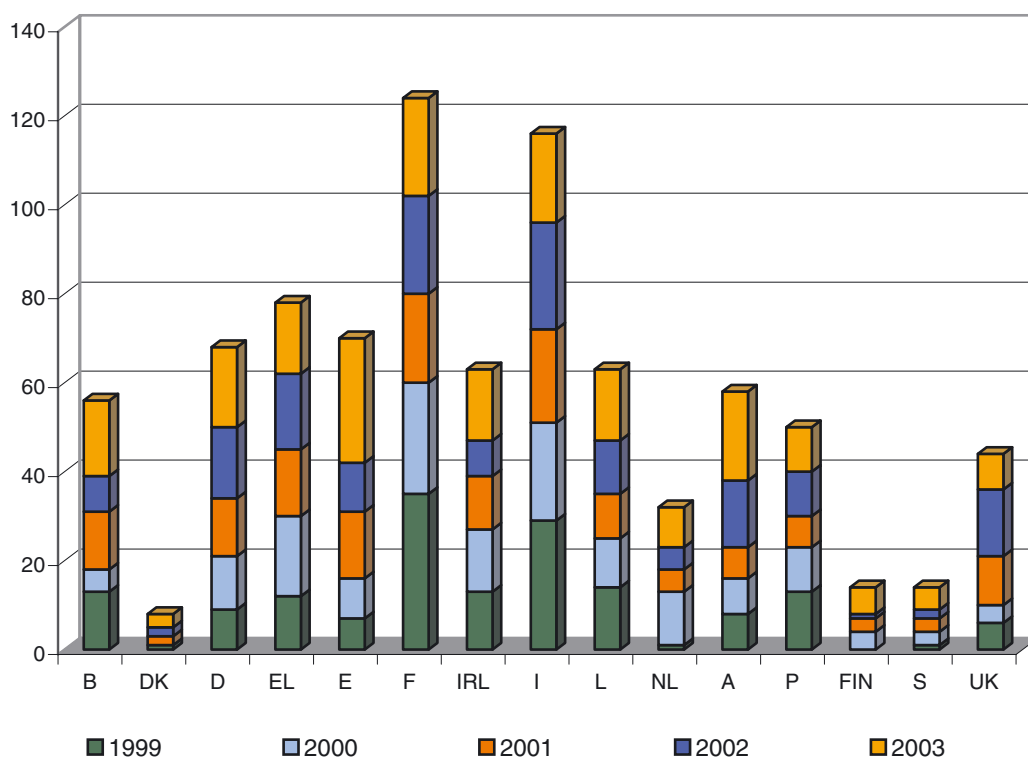
11. Processos entrados ¹ – Objecto dos processos (2003) ²

	Acções e recursos directos	Questões prejudiciais	Recursos de decisões do TPI	Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	Total	Processos especiais
Adesão de novos Estados	1				1	
Agricultura	19	22	4		45	
Ambiente e consumidores	54	11	3	1	69	
Aproximação das legislações	22	28			50	
Associação dos países e territórios ultramarinos			3		3	
Auxílios de Estado	14	4	12		30	
Cidadania europeia		1			1	
Concorrência	6	6	8	1	21	
Convenção de Bruxelas		6			6	
Direito das sociedades	10	19	1		30	
Direito institucional	21	1	4	1	27	
Energia	1	3			4	
Fiscalidade	9	24			33	
Investigação, informações, educação, estatísticas	1				1	
Justiça e Assuntos Internos	1	2	2		5	
Liberdade de estabelecimento	4	8			12	
Livre circulação de capitais	1	4			5	
Livre circulação de mercadorias	9	7			16	
Livre circulação de pessoas	10	12	1		23	
Livre prestação de serviços	7	6	2		15	
Pauta aduaneira comum		4			4	
Política comercial		1			1	
Política da pesca	12	1	2		15	
Política económica e monetária		1			1	
Política industrial	15	1			16	
Política regional	7				7	
Política social	20	12			32	
Princípios de direito comunitário		2			2	
Propriedade intelectual	2		7		9	
Recursos próprios das Comunidades	2				2	
Relações externas		7	4	2	13	1
Segurança social dos trabalhadores migrantes	1	6			7	
Transportes	22	1			23	
União aduaneira	1	7	1		9	
Tratado CE	272	207	54	5	538	1
Tratado UE	1	3			4	
Tratado EA	3				3	
Privilégios e Imunidades						1
Processo						4
Estatuto dos Funcionários	1		9		10	
Diversos	1		9		10	5
TOTAL GERAL	277	210	63	5	555	6

¹ Fora os processos de medidas provisórias.

² Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

12. Processos entrados – Acções por incumprimento de Estado (1999-2003)¹

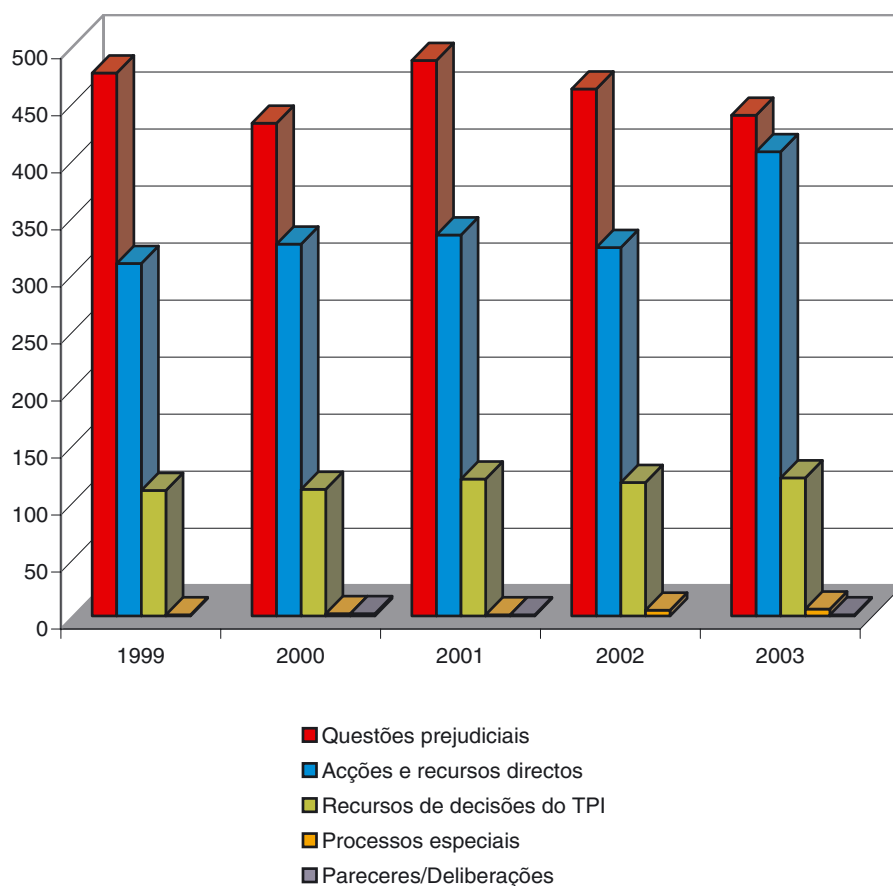


	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	TOTAL ²
1999	13	1	9	12	7	35	13	29	14	1	8	13		1	6	162
2000	5		12	18	9	25	14	22	11	12	8	10	4	3	4	157
2001	13	2	13	15	15	20	12	21	10	5	7	7	3	3	11	157
2002	8	2	16	17	11	22	8	24	12	5	15	10	1	2	15	168
2003	17	3	18	16	28	22	16	20	16	9	20	10	6	5	8	214

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).

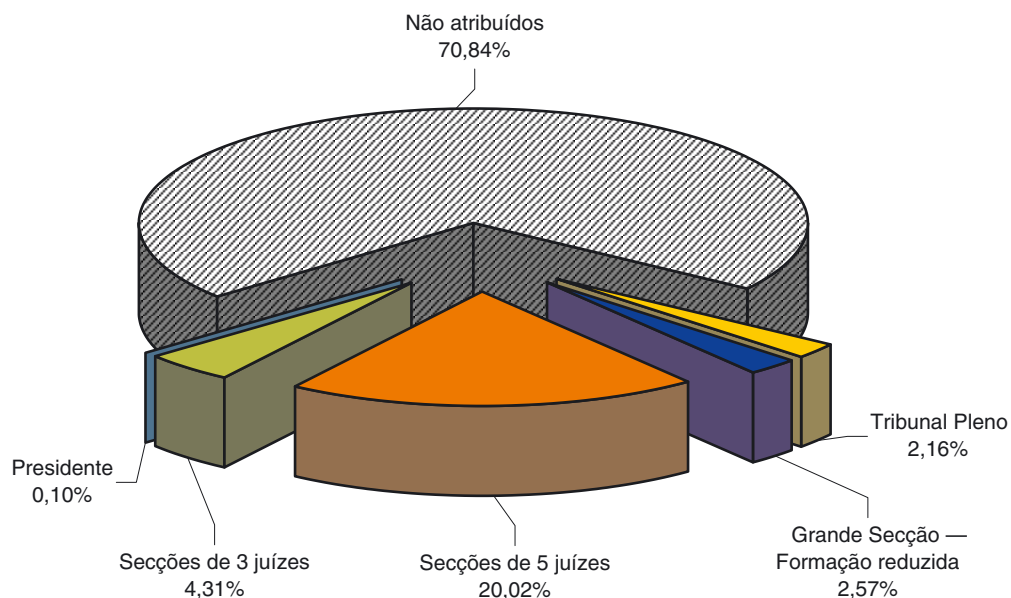
Artigos 169.º, 170.º, 171.º, 225.º do Tratado CE (actuais artigos 226.º CE, 227.º CE, 228.º CE e 298.º CE), artigos 141.º, 142.º, 143.º EA e artigo 88.º CA.

² Não houve nestes anos nenhuma acção com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE).

Processos pendentes em 31 de Dezembro ¹**13. Tipos de processos (1999-2003)**

	1999	2000	2001	2002	2003
Questões prejudiciais	476	432	487	462	439
Acções e recursos directos	309	326	334	323	407
Recursos de decisões do TPI	110	111	120	117	121
Processos especiais	1	2	1	5	6
Pareceres/Deliberações		2	1		1
Total	896	873	943	907	974

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

14. Processos pendentes em 31 de Dezembro – Formação de julgamento (2003) ¹

	Acções e recursos directos	Questões prejudiciais	Recursos de decisões do TPI	Outros processos	Total
Não atribuídos	338	276	74	2	690
Tribunal Pleno	5	12	4		21
Grande Secção — Formação reduzida	3	19	3		25
Secções de 5 juizes	47	110	37	1	195
Secções de 3 juizes	14	22	3	3	42
Presidente				1	1
Total	407	439	121	7	974

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

Evolução geral da actividade judicial (1952-2003)**15. Processos entrados e acórdãos**

Anos	Processos entrados ¹						Acórdãos ²
	Acções e recursos directos ³	Questões prejudiciais	Recursos de decisões do TPI	Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	Total	Pedidos de medidas provisórias	
1953	4				4		
1954	10				10		2
1955	9				9	2	4
1956	11				11	2	6
1957	19				19	2	4
1958	43				43		10
1959	47				47	5	13
1960	23				23	2	18
1961	25	1			26	1	11
1962	30	5			35	2	20
1963	99	6			105	7	17
1964	49	6			55	4	31
1965	55	7			62	4	52
1966	30	1			31	2	24
1967	14	23			37		24
1968	24	9			33	1	27
1969	60	17			77	2	30
1970	47	32			79		64
1971	59	37			96	1	60
1972	42	40			82	2	61
1973	131	61			192	6	80
1974	63	39			102	8	63
1975	61	69			130	5	78
1976	51	75			126	6	88
1977	74	84			158	6	100
1978	145	123			268	7	97
1979	1216	106			1322	6	138
1980	180	99			279	14	132
1981	214	108			322	17	128
1982	216	129			345	16	185
1983	199	98			297	11	151
1984	183	129			312	17	165
1985	294	139			433	22	211
1986	238	91			329	23	174
1987	251	144			395	21	208
1988	194	179			373	17	238
1989	246	139			385	20	188
1990 ⁴	222	141	15	1	379	12	193
1991	142	186	13	1	342	9	204
1992	253	162	24	1	440	4	210
1993	265	204	17		486	13	203
1994	128	203	12	1	344	4	188
1995	109	251	46	2	408	3	172
1996	132	256	25	3	416	4	193
1997	169	239	30	5	443	1	242
1998	147	264	66	4	481	2	254
1999	214	255	68	4	541	4	235
2000	199	224	66	13	502	4	273
2001	187	237	72	7	503	5	244
2002	204	216	46	4	470	1	269
2003	278	210	63	5	556	7	308
Total	7305	5044	563	51	12963	334	6090

¹ Números brutos; processos especiais excluídos.

² Números líquidos.

³ Pareceres incluídos.

⁴ Desde 1990, os recursos de funcionários são interpostos no Tribunal de Primeira Instância.

16. Evolução geral da actividade judicial (1952-2003)

Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por ano)¹

	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	Benelux ²	Total
1961										1							1
1962										5							5
1963									1	5							6
1964								2		4							6
1965			4			2				1							7
1966										1							1
1967	5		11			3			1	3							23
1968	1		4			1		1		2							9
1969	4		11			1			1								17
1970	4		21			2		2		3							32
1971	1		18			6		5	1	6							37
1972	5		20			1		4		10							40
1973	8		37			4		5	1	6							61
1974	5		15			6		5		7					1		39
1975	7	1	26			15		14	1	4					1		69
1976	11		28			8	1	12		14					1		75
1977	16	1	30			14	2	7		9					5		84
1978	7	3	46			12	1	11		38					5		123
1979	13	1	33			18	2	19	1	11					8		106
1980	14	2	24			14	3	19		17					6		99
1981	12	1	41			17		11	4	17					5		108
1982	10	1	36			39		18		21					4		129
1983	9	4	36			15	2	7		19					6		98
1984	13	2	38			34	1	10		22					9		129
1985	13		40			45	2	11	6	14					8		139
1986	13	4	18	2	1	19	4	5	1	16					8		91
1987	15	5	32	17	1	36	2	5	3	19					9		144
1988	30	4	34		1	38		28	2	26					16		179
1989	13	2	47	2	2	28	1	10	1	18		1			14		139
1990	17	5	34	2	6	21	4	25	4	9		2			12		141
1991	19	2	54	3	5	29	2	36	2	17		3			14		186
1992	16	3	62	1	5	15		22	1	18		1			18		162
1993	22	7	57	5	7	22	1	24	1	43		3			12		204
1994	19	4	44		13	36	2	46	1	13		1			24		203
1995	14	8	51	10	10	43	3	58	2	19	2	5		6	20		251
1996	30	4	66	4	6	24		70	2	10	6	6	3	4	21		256
1997	19	7	46	2	9	10	1	50	3	24	35	2	6	7	18		239
1998	12	7	49	5	55	16	3	39	2	21	16	7	2	6	24		264
1999	13	3	49	3	4	17	2	43	4	23	56	7	4	5	22		255
2000	15	3	47	3	5	12	2	50		12	31	8	5	4	26	1	224
2001	10	5	53	4	4	15	1	40	2	14	57	4	3	4	21		237
2002	18	8	59	7	3	8		37	4	12	31	3	7	5	14		216
2003	18	3	43	4	8	9	2	45	4	28	15	1	4	4	22		210
Total	471	100	1364	74	145	655	44	796	56	582	249	54	34	45	374	1	5044

¹ 177.º do Tratado CE (actual artigo 234.º CE), 35.º, n.º 1, UE, 41.º CA, 150.º EA, Protocolo de 1971.

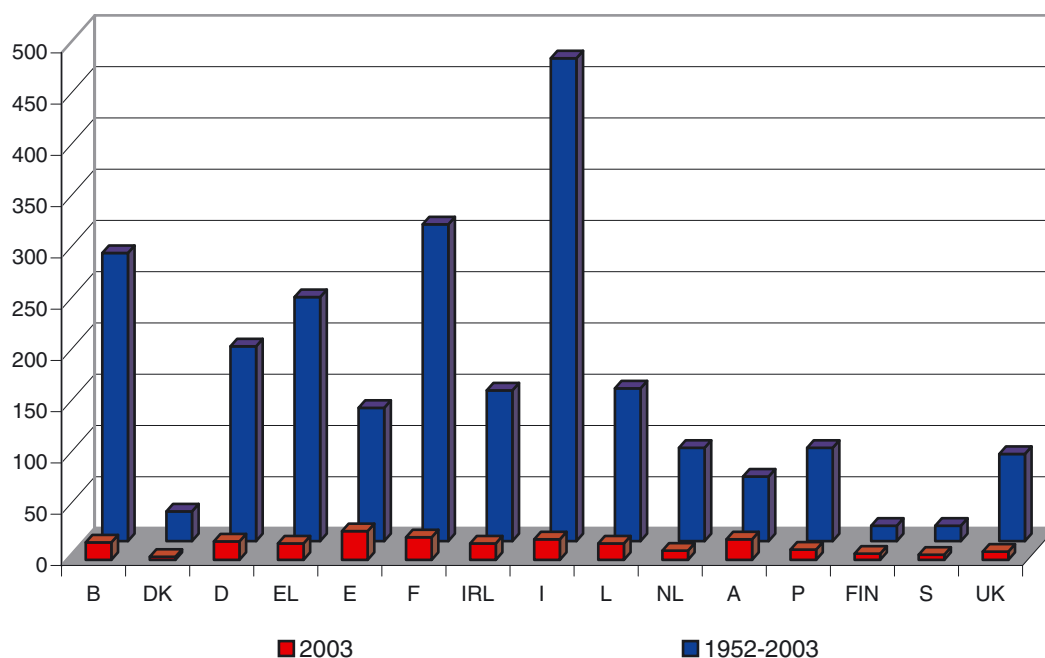
² Processo C-265/00, Campina Melkunie.

17. Evolução geral da actividade judicial (1952-2003) Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por órgão jurisdicional nacional)

			Total
Bélgica	Cour de cassation	56	471
	Cour d'arbitrage	2	
	Conseil d'État	32	
	Outros órgãos jurisdicionais	381	
Dinamarca	Højesteret	19	100
	Outros órgãos jurisdicionais	81	
Alemanha	Bundesgerichtshof	87	1364
	Bundesarbeitsgericht	16	
	Bundesverwaltungsgericht	58	
	Bundesfinanzhof	206	
	Bundessozialgericht	69	
	Staatsgerichtshof	1	
	Outros órgãos jurisdicionais	927	
Grécia	Άρειος Πάγος	4	74
	Συμβούλιο της Επικρατείας	9	
	Outros órgãos jurisdicionais	61	
Espanha	Tribunal Supremo	10	145
	Audiencia Nacional	1	
	Juzgado Central de lo Penal	7	
	Outros órgãos jurisdicionais	127	
França	Cour de cassation	66	655
	Conseil d'État	26	
	Outros órgãos jurisdicionais	563	
Irlanda	Supreme Cour	13	44
	High Court	15	
	Outros órgãos jurisdicionais	16	
Itália	Corte suprema di Cassazione	77	796
	Consiglio di Stato	43	
	Outros órgãos jurisdicionais	676	
Luxemburgo	Cour supérieure de justice	10	56
	Conseil d'État	13	
	Cour administrative	4	
	Outros órgãos jurisdicionais	29	
Países Baixos	Raad van State	43	582
	Hoge Raad der Nederlanden	123	
	Centrale Raad van Beroep	42	
	College van Beroep voor het Bedrijfsleven	111	
	Bedrijfsleven	34	
	Outros órgãos jurisdicionais	229	
Áustria	Verfassungsgerichtshof	4	249
	Oberster Gerichtshof	51	
	Bundesvergabeamt	22	
	Verwaltungsgerichtshof	39	
	Vergabekontrollsenat	3	
	Outros órgãos jurisdicionais	130	
Portugal	Supremo Tribunal Administrativo	30	54
	Outros órgãos jurisdicionais	24	
Finlândia	Korkein hallinto-oikeus	10	34
	Korkein oikeus	5	
	Outros órgãos jurisdicionais	19	
Suécia	Högsta Domstolen	4	45
	Marknadsdomstolen	3	
	Regeringsrätten	13	
	Outros órgãos jurisdicionais	25	
Reino Unido	House of Lords	31	374
	Court of Appeal	27	
	Outros órgãos jurisdicionais	316	
Benelux	Cour de justice/Gerechtshof ¹	1	1
Total			5044

¹ Processo C-265/00, Campina Melkunie.

18. Evolução geral da actividade judicial (1952-2003) — Acções por incumprimento de Estado entradas ¹



	B	DK	D	EL	E	F	IRL	I	L	NL	A	P	FIN	S	UK	Total
2003	17	3	18	16	28	22	16	20	16	9	20	10	6	5	8	214
1952-2003	281	29	190	238	130	309	147	471	149	91	63	91	15	15	85	2304

Entre as acções intentadas contra a Espanha, figura uma acção com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE), interposta pela Bélgica.

Entre as acções intentadas contra a França, figura uma acção com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE), interposta pela Irlanda.

Entre as acções intentadas contra o Reino Unido, figuram duas acções com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE), interpostas respectivamente pela França e pela Espanha.

¹ Artigos 169.º, 170.º, 171.º, 225.º do Tratado CE (actuais artigos 226.º CE, 227.º CE, 228.º CE e 298.º CE), artigos 141.º, 142.º, 143.º EA e artigo 88.º CA.